para os homens de emprêsa a implantação segura de tão importante intrumento na administração do pessoal.

JOSÉ SERSON

HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO

Por João Bosco Lodi. São Paulo, Livraria Pioneira Editôra, 1971. 217 p.

Há alguns anos venho acompanhando, entre a admiração e a perplexidade, o trabalho de João Bosco Lodi, meu colega no Departamento de Administração Geral e Relações Industriais da Escola de Administração de Emprêsas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Admiração, porque Lodi, que é um administrador profissional, homem que passa seus dias entre problemas administrativos que exigem atenção e esforços constantes, sempre encontra tempo para o estudo, a reflexão e a produção intelectual. Perplexidade, porque seus interêsses são extremamente variados. Lodi passa de um nível de abstração para outro, absolutamente à vontade, dedicando-se tanto às técnicas de recrutamento de pessoal quanto à epistemologia das ciências sociais.

O seu nôvo livro agradou-me prontamente. O tratamento que dá à matéria é nôvo e totalmente diferente de tudo o que tem feito. Poder-se-ia mesmo discutir se o que Lodi fêz foi uma **História da administração.** Talvez, o que tenha feito tenha sido uma história dos homens que fizeram a administração. Realmente, o autor analisa com cuidado aquêles que fizeram a teoria administrativa, revelando aspectos que normalmente passam despercebidos ao leitor comum e que, entretanto, explicam os modos de ver a realidade que levaram à construção de modelos particulares. Um exemplo do que afirmo está na página 29 do livro:

"Nascido de uma família **quaker** de classe média superior da Nova Inglaterra, Taylor teve uma educação primária privilegiada. Porém, um defeito de visão dificultou o prosseguimento dos estudos de advogado que pretendia fazer em Harvard e para os quais certamente não tinha vocação. Sòmente em 1885, isto é, com 29 anos, conseguiu com muito esfôrço, estudando à noite, obter o certificado de engenheiro pelo Stevens Institute."

Todavia, não poderia deixar de apontar algumas colocações com as quais não concordo. Acho que a originalidade do trabalho de Mary Parker Follet **(Administração dinâmica)**, bem como o de Chester Barnard **(As funções do executivo)**, torna difícil seu enquadramento em qualquer "movimento" ou "escola". Entretanto, em minha opinião, se Mary Parker Follet significou transição na teoria administrativa, tal transição certamente terá sido na direção da consolidação das idéias da Escola de Relações Humanas. chamado "método de integração" para solução dos conflitos industriais, advogado com tanto empenho pela autora, está no âmago das teses da Escola.

Todavia, estamos no reino das opiniões e acho que não seria difícil encontrar argumentos para a defesa de qualquer um dos pontos de vista. Acredito, também, que se todos estivessem de acôrdo no que se refere à evolução do pensamento administrativo, não haveria razão para que a encarássemos com seriadade. Uma das coisas que aprendi nesses anos de magistério foi duvidar das verdades absolutas.

Gosto muito, em **História da Administração,** daqueles aspectos que revelam pensamento original. Por exemplo, a abordagem biográfica bem feita, que vai contra qualquer "sociologismo". Ainda, a inclusão de autores como Jay **(Maquiavel e a gerência de emprêsas),** Townsend **(Viva a organização),** Parkinson **(A lei de...),** Peter **(O princípio de...)** é corajosa. Êsses são, como diz Lodi, os teóricos do absurdo da administração. E, para mim, com o absurdo desmistificam. Nesse sentido, seus livros, de enorme divulgação, fazem muito mais do que obras de caráter mais acadêmico. A ironia e a sátira são importantes na modificação da realidade, à medida que chamam atenção para seus aspectos alienantes.

Lodi, entretanto, não lhes atribui aparentemente o mesmo significado. Parece, ao contrário, concordar com a posição de Peter Drucker, segundo a qual autores como Townsend são a versão moderna do "bôbo da côrte", cuja função é fazer o executivo sentir-se agradado pela disposição em aceitar críticas, pela sua "mente aberta", pela sua capacidade de rir de si mesmo. Concordo que, até certo ponto, êsses autores são "bobos da côrte", mas convenhamos que Drucker é bôbo de uma côrte muito maior.

Vale a pena ler o livro. Aliás, se o leitor é um interessado no assunto, não tem mesmo muitas alternativas. Ou lê a **História da administração,** ou os cinqüenta e tantos livros que o autor leu para sua elaboração... Minha opinião, todavia, é que **História da administração** vale por si próprio, pelo tipo de abordagem, pela estrutura, pela sistematização, por tudo o que sugere à inteligência do leitor, e, sobretudo, pela seriedade com que o autor conduziu seu trabalho.

FERNANDO C. PRESTES MOTTA

MIGRANTS, URBAN, POVERTY AND INSTABILITY IN DEPELOPING NATIONS

Por Joan M. Nelson. Harvard University, Center for International Affairs, 1969. 81 p.

Um dos pontos mais controvertidos do problema das migrações internas diz respeito ao papel político que o migrante desempenha quando sai de uma zona rural e vai para uma cidade. De um lado há aquêles que argumentam que os migrantes de baixo **status** social, quando se localizam numa cidade, provocam instabilidade social. De outro, há os que defendem a tese de que os migrantes de baixo **status** que se localizam nas áreas urbanas são polìticamente passivos, havendo poucas evidências de que êles se sentem mais frustrados do que no seu ambiente anterior. O livro de Joan Nelson procura reunir uma série de investigações realizadas na América Latina, na África e na Ásia, no sentido de colocar em evidência os prós e os contras às duas posições apontadas.

Dentre os que defendem que os migrantes são anônimos e polìticamente insatisfeitos e constituem fator de instabilidade, Joan Nelson destaca Philipp Hauser e Gláucio Soares (p. 7). Êstes sociólogos argumentam que o migrante rural que vai para a cidade cai em uma situação de insegurança devido ao subemprêgo em que vive a maior parte do tempo.

Procurando evidências para essa posição, Nelson argumenta que os dados deveriam indicar uma porção relativamente mais alta de migrantes, apoiando partidos radicais, do que não-migrantes nas áreas urbanas. Os estudos disponíveis, entretanto, tendem a refutar essa hipótese. Por exemplo, vários estudos encontraram uma relação negativa entre a proporção de migrantes em cidades e a proporção de votos que apoiavam Salvador Allende nas eleições de 1952 no Chile. Trabalhos realizados na mesma linha são citados por Nelson, mostrando que a relação entre radicalismo político e migração não é clara.

Nelson aventa a questão de que talvez radicalismo não seja o melhor indicador de instabilidade social e por isso realiza um levantamento dos estudos que focalizam o "protesto político" como indicador de instabilidade. Aqui, também, estudos realizados nos Estados Unidos e na França indicam que os migrantes são relativamente pouco participantes dos movimentos de protesto nas zonas urbanas.

Outro ponto geralmente mencionado é o de que os migrantes vivem uma situação de relativo desemprêgo nas zonas urbanas. Citando estudos realizados no Chile, na Argentina e no Brasil, o autor conclui que a maioria dos migrantes que chegam às grandes cidades encontra emprêgo muito ràpidamente (p. 15). Trabalhos realizados em Bogotá, Santiago, Calcutá, Nova Deli, Bombàim e outras